

Aula 01 - Prof. Thais Runstaim

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Noções de Direito Civil +
Estatuto da Pessoa Idosa + Estatuto da
Pessoa com Deficiência - 2025*

Autor:
(Pós-Edital)

**Thaís de Cássia Rumstain,
Raphael Rabelo Parreira, Bruno
Bezerra**

03 de Junho de 2025

PESSOA NATURAL. PESSOA JURÍDICA.

Sumário

O que é mais cobrado dentro do assunto?	1
Roteiro de revisão e pontos do assunto que merecem destaque	2
Aposta Estratégica.....	19
Questões estratégicas.....	20
Questionário de revisão e aperfeiçoamento.....	28
Perguntas: Pessoa Natural e Pessoa Jurídica.....	28
Perguntas com respostas: Pessoa Natural e Pessoa Jurídica.....	29
Lista de Questões Estratégicas	32
Gabarito.....	35
Bibliografia.....	35

O QUE É MAIS COBRADO DENTRO DO ASSUNTO?

A análise refere-se ao período de 2020 a 2025, abrangendo provas realizadas pela banca **Instituto AOCP**, para o **nível superior e nível médio**.

Considerando os tópicos que compõem o nosso assunto, possuímos a seguinte distribuição percentual

Tópico		% de cobrança Instituto AOCP
Das Pessoas Naturais (arts. 1º a 39)	Da Personalidade e da Capacidade (arts. 1º a 10)	38,89%
	Dos Direitos da Personalidade (arts. 11 a 21)	11,11%
	Da Ausência das Pessoas Naturais (arts. 22 a 39)	16,67%
Das Pessoas Jurídicas (arts. 40 a 69)		33,33%



ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

Olá, alunos! Sejam bem-vindos a mais uma aula de Direito Civil!



Hoje vamos conversar sobre alguns dos pilares do Direito Civil: Direitos de Personalidade, Pessoa Natural e Pessoa Jurídica. Esses conceitos são fundamentais e muito cobrados em concursos, como os da sua banca, por exemplo.

A minha ideia aqui é que vocês entendam esses conceitos de uma forma simples e prática, mas com bastante profundidade. Vou chamar a atenção para os artigos de lei que vocês devem conhecer e dar algumas dicas de estudo que vão ajudar vocês a se prepararem para provas.

Vamos começar?

1. Pessoa Natural e Direitos da Personalidade

Quando falamos de *pessoa natural*, estamos nos referindo ao ser humano. Todo ser humano é considerado uma pessoa natural, com direitos e deveres, desde o nascimento com vida. Isso é um ponto de partida importante: a *personalidade jurídica* é adquirida no nascimento.

O conceito de pessoa aparece **do artigo 1º do Código Civil**:

Art. 1º *Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.*

No artigo 2º do Código Civil fica bem claro o início da personalidade:

Art. 2º *A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.*

Ou seja, apesar de a personalidade começar no nascimento, a lei garante proteção ao nascituro, que ainda está no ventre materno. Um exemplo prático disso seria o direito à herança, que o nascituro já tem assegurado, caso o pai falecesse antes do nascimento.

Dica para prova: Esse tema é muito cobrado em concursos, especialmente a literalidade do artigo 2º. Fiquem atentos às questões sobre o momento em que a personalidade jurídica se inicia.

Será considerado sujeito de direitos e obrigações todo ser humano nascido com vida, momento que passa a adquirir personalidade.

Nas palavras de Silvio Rodrigues:

“Dentre os direitos subjetivos de que o homem é titular podem-se facilmente distinguir duas espécies diferentes, a saber: uns que são destacáveis da pessoa de seu titular e outros que não o são. Assim, por exemplo, a propriedade ou o crédito



contra um devedor constitui um direito destacável da pessoa de seu titular; ao contrário, outros direitos há que são inerentes à pessoa humana e, portanto, a ela ligados de maneira perpétua e permanente, não se podendo mesmo conceber um indivíduo que não tenha direito à vida, à liberdade física ou intelectual, ao seu nome, ao seu corpo, à sua imagem e àquilo que ele crê ser sua honra. Estes são os chamados direitos da personalidade”.

São, portanto aqueles que se relacionam com aspectos do ser humano e suas projeções sociais:



Aspecto Físico



Aspecto Moral



Aspecto Psíquico

São também chamados de **direitos essenciais ou fundamentais da pessoa**.

Importante: Duas teorias se formaram acerca do início da personalidade e que, eventualmente podem ser cobradas pela banca, para dificultar o nível da questão:

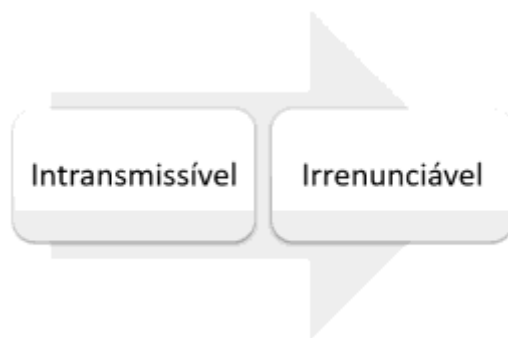
Teoria Natalista

- A personalidade tem início com o nascimento com vida
- O direito do nascituro possui condição suspensiva, ou seja, apenas se consumará com o nascimento com vida
- Em julgamento sobre o tema, o STF decidiu que o que se protege, na verdade, é uma expectativa de direito, que apenas se concretizará em direito após o nascimento com vida.

Teoria Conceptionista

- Para essa corrente, a personalidade tem início com a concepção, pois desde esse momento os interesses do nascituro já estão resguardados, uma vez que não há direito sem sujeito e não existe personalidade parcial, deve-se reconhecer a personalidade civil a partir da concepção.

Como vimos, os direitos da personalidade protegem os aspectos essenciais da dignidade humana. Eles abrangem direitos fundamentais como o direito à vida, à integridade física, à honra, à privacidade, à imagem, ao nome, entre outros. São direitos vinculados à própria condição humana e à dignidade individual, por isso são tratados de forma especial no nosso ordenamento jurídico e se classificam como **intransmissíveis e irrenunciáveis**.



Intransmissibilidade dos Direitos da Personalidade

Quando falamos que os direitos da personalidade são *intransmissíveis*, significa que eles não podem ser transferidos para outra pessoa, nem mesmo por meio de contratos ou de herança.

Exemplo: Imagine que uma pessoa que tente vender seu direito ao nome ou seu direito à imagem para outra pessoa. Isso não seria permitido pela lei, porque esses direitos são intrinsecamente ligados à identidade e à dignidade da pessoa. O nome de uma pessoa, por exemplo, é um atributo inalienável e só pode ser usado por ela. Se alguém utilizar o nome de outra pessoa sem autorização, isso constitui uma violação desse direito, configurando uma infração legal.

Além disso, o direito à integridade física é intransmissível, o que significa que você não pode transferir para outra pessoa o direito de decidir sobre a integridade do seu próprio corpo. Isso tem implicações importantes em casos de procedimentos médicos, por exemplo.

Vejamos o que dispõe a lei civil:

Art. 11: "Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária."

Essa proteção reforça a importância da autonomia pessoal e evita que indivíduos se coloquem em situações vulneráveis ou de exploração, ao tentar vender ou ceder seus direitos fundamentais.

Irrenunciabilidade dos Direitos da Personalidade

A irrenunciabilidade significa que a pessoa não pode abrir mão de seus direitos da personalidade, mesmo que queira. Esses direitos são tão essenciais à condição humana que, mesmo por escolha própria, não é permitido abdicar deles.

Exemplo: Uma pessoa não pode renunciar ao seu direito à privacidade, mesmo que expresse verbalmente ou por escrito que deseja abrir mão desse direito. Por exemplo, se uma pessoa consente que outra invada sua privacidade de maneira abusiva, essa renúncia não terá validade legal, porque o direito à privacidade é irrenunciável. Isso também acontece com o direito à vida, que não pode ser renunciado, mesmo em situações de consentimento para eutanásia, por exemplo, onde a lei proíbe que a pessoa escolha voluntariamente abrir mão desse direito.

Outro exemplo seria o direito à integridade física. Mesmo que uma pessoa aceite ser submetida a condições degradantes ou a torturas, esse consentimento não teria valor jurídico, pois o direito à integridade física é irrenunciável.

Essa irrenunciabilidade protege o indivíduo contra situações de vulnerabilidade, coerção ou pressão, onde ele poderia ser levado a "aceitar" condições que ferem a sua dignidade. O Estado, por meio dessas proteções, garante que os direitos da personalidade sejam sempre preservados, independentemente da vontade momentânea da pessoa.

Atenção exceções à Intransmissibilidade e Irrenunciabilidade dos Direitos da Personalidade!





Direito da Personalidade	Exceção Permitida	Condições	Base Legal
Direito à Imagem	Uso comercial e publicitário	Pode ser autorizado por contrato para fins específicos, como campanhas publicitárias, mas a cessão é temporária e revogável a qualquer momento.	Art. 20, CC
Direito ao Nome	Uso de nome em campanhas ou produtos	Pode ser cedido temporariamente para utilização em campanhas publicitárias, obras artísticas ou produtos, mediante autorização expressa.	Art. 18, CC
Direito à Privacidade	Autorização para divulgação de informações pessoais	Autorização limitada e específica para a divulgação de informações em certos contextos (como reportagens ou biografias autorizadas).	Art. 21, CC
Direito à Imagem Post-Mortem	Uso da imagem após a morte	Pode ser permitido pelos herdeiros em casos específicos, como homenagens, mas apenas dentro de certos limites e em respeito à memória do falecido.	Art. 12, CC
Direito ao Corpo (Integridade Física)	Procedimentos médicos consentidos voluntariamente	A pessoa pode consentir com certos procedimentos médicos ou estéticos, desde que seja informada e tenha dado consentimento de forma livre e consciente.	Art. 15, CC

Exemplo:

Uma celebridade pode autorizar o uso de sua imagem em uma campanha publicitária. Nesse caso, o direito de imagem está sendo cedido de forma temporária e controlada para uma finalidade específica. Contudo, a pessoa não renuncia ao direito de imagem por completo, pois essa cessão é limitada ao contrato. Caso o uso vá além do que foi acordado ou ultrapasse o período estipulado, a celebridade pode exigir a cessação do uso e até pedir reparação.

Agora vamos refletir?

Tente responder à pergunta: Qual a razão da Intransmissibilidade e Irrenunciabilidade?





A razão pela qual os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis está enraizada na proteção da dignidade humana, um princípio fundamental da Constituição Federal brasileira. A dignidade da pessoa humana é o alicerce de todas as leis e normas que protegem os indivíduos, e qualquer tentativa de renunciar a esses direitos ou de transmiti-los colocaria em risco esse valor central.

Princípio Constitucional da Dignidade Humana: A Constituição Federal, no **art. 1º, inciso III**, estabelece a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. Essa diretriz orienta todas as legislações, incluindo o Código Civil, na criação de normas que protejam a integridade e a dignidade do ser humano.

Os direitos de personalidade foram codificados por forte influência da Declaração pela Organização das Nações Unidas de 1948, que inspirou os países a incorporarem esses direitos humanos em suas constituições e outros códigos, como ocorreu no Brasil com o Código Civil. São eles:



Direito à vida



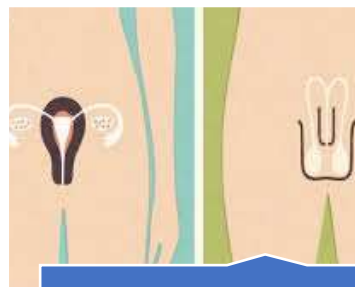
Direito à saúde



Proteção da personalidade
depois da morte



Proteção à integridade física e
disposição do próprio corpo



Mudança de sexo



O direito à liberdade



O direito à imagem e à voz



Direito à honra, à dignidade,
ao respeito, à privacidade e à
intimidade



Direito à igualdade



Direito à segurança



Direito ao sigilo



Direito à informação



Direitos de autor



Direitos da personalidade
da pessoa jurídica

Dessa forma, a intransmissibilidade e a irrenunciabilidade visam evitar que o próprio indivíduo ou terceiros coloquem em risco sua dignidade e seus direitos fundamentais, mesmo que voluntariamente.

Portanto, os direitos da personalidade são protegidos de forma rigorosa pela legislação brasileira justamente por serem essenciais à condição humana. Sua intransmissibilidade impede que esses direitos sejam passados a outras pessoas, e sua irrenunciabilidade protege o indivíduo contra pressões ou situações onde ele possa ser levado a abdicar de direitos fundamentais. Essas proteções são parte do compromisso da ordem jurídica com a dignidade humana, que deve ser resguardada em todas as circunstâncias.

Esses conceitos são amplamente cobrados em provas de Direito Civil, e compreender suas implicações é crucial tanto para concursos quanto para a prática jurídica cotidiana.

Dica: Importante inovação legal do CC/2002 foi o reconhecimento do direito de personalidade mesmo após a morte:



Art. 12. *Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.*

Parágrafo único. Em se tratando de morto, terá legitimação para requerer a medida prevista neste artigo o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau.

Revise mentalmente esses pontos antes de avançarmos no próximo assunto:



- ✓ quando se dá o início da personalidade civil da pessoa natural / física;
- ✓ a classificação das pessoas quanto à capacidade (absolutamente incapaz, relativamente incapaz, capaz);
- ✓ quando cessa a menoridade civil / quando começa a maioridade civil;
- ✓ impossibilidade de transmissão, renúncia e limitação voluntária do exercício dos direitos da personalidade;
- ✓ possibilidade de exigência que seja cessada ameaça ou lesão a direito da personalidade, inclusive em caso de morte do titular do referido direito;
- ✓ impossibilidade de ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes;
- ✓ condições de validade da disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte;
- ✓ impossibilidade do indivíduo ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica; e
- ✓ impossibilidade de emprego do nome da pessoa, por outrem, em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, mesmo sem intenção difamatória.

Vamos tratar agora do tema: Pessoa Natural

1. Conceito de Pessoa Natural

Primeiro, vamos falar sobre a *Pessoa Natural*, no Direito Civil, a pessoa natural é o ser humano considerado como sujeito de direitos e deveres, independentemente de sua condição social, econômica ou física. É a pessoa física, o ser humano, dotado de capacidade para ser titular de direitos e obrigações. Ou seja, todo ser humano, desde o nascimento com vida, é uma pessoa natural e pode ter direitos e assumir deveres. E essa capacidade aparece no Código Civil da seguinte maneira:

Art. 1º *Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.*



Dica: Sempre tenha em mente que a **personalidade civil é diferente de capacidade civil**. A personalidade começa no nascimento, mas a capacidade para praticar atos da vida civil tem nuances, como veremos adiante.

2. Capacidade Jurídica

Como dissemos, **personalidade civil é diferente de capacidade civil**. Agora que entendemos o que é a personalidade jurídica, vamos falar da **capacidade jurídica**. A capacidade é a aptidão para exercer, por si só, os direitos e deveres da vida civil.

Existem dois tipos de capacidade jurídica:

Capacidade de Direito

- É a aptidão genérica para ser titular de direitos e deveres. Todos os seres humanos têm capacidade de direito desde o nascimento

Capacidade de Fato ou Capacidade de Exercício

- É a aptidão para exercer por si próprio os atos da vida civil. Não é concedida a todas as pessoas em sua plenitude, pois depende de fatores como idade ou condições mentais

A plena capacidade de fato é adquirida quando a pessoa atinge a maioridade, aos 18 anos. Antes disso, existem duas categorias importantes a serem discutidas: **absolutamente incapazes** e **relativamente incapazes**.

3. Incapacidade e Capacidade

Um ponto superimportante que vocês precisam dominar é a diferença entre **capacidade plena e incapacidade**. Vamos começar entendendo o que diz o **artigo 3º do Código Civil**.

Art. 3º. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os **menores de 16 (dezesseis) anos**.

Fique atento quanto a esse tema, pois o Código de Processo Civil alterou as disposições sobre capacidade e revogou os incisos I, II e III, do CC/2002.

Lembre-se que a partir da entrada em vigor do CPC/2015, **APENAS** os menores de 16 anos são considerados **ABSOLUTAMENTE INCAPAZES**.

Aqui, no **art. 3º**, estamos falando dos **absolutamente incapazes**, que são as pessoas que, por sua condição, não podem realizar nenhum ato da vida civil por si só. Elas sempre precisam ser representadas por alguém.

Já o **artigo 4º**, trata dos **relativamente incapazes**:



Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer: (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

I - os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos;

II - os ébrios habituais e os viciados em tóxico; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

III - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

IV - os pródigos.

Parágrafo único. A capacidade dos indígenas será regulada por legislação especial. (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

Os **relativamente incapazes** podem praticar alguns atos por si só, mas para outros, precisam da assistência de alguém. Um exemplo clássico é o menor de 16 anos que pode ser emancipado, e assim, adquirir capacidade civil para realizar determinados atos, como abrir uma empresa.

Vamos ver como funciona a emancipação.



4. Emancipação: Como funciona?

A emancipação é uma das formas pelas quais a pessoa relativamente incapaz pode adquirir capacidade civil plena antes dos 18 anos. O **artigo 5º do Código Civil** fala sobre isso:

Art. 5º - A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

Parágrafo único. Cessará, para os menores, a incapacidade:

I - pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial;

II - pelo casamento;

III - pelo exercício de emprego público efetivo;

IV - pela colação de grau em curso de ensino superior;

V - pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

Em outras palavras, a emancipação pode ocorrer de várias formas. Um ponto muito importante para concursos é lembrar que a emancipação por casamento, por exemplo, é automática, e o menor se torna plenamente capaz para todos os atos da vida civil.

Vamos memorizar essas regras!





Forma de Emancipação	Descrição
Emancipação Voluntária	Concedida pelos pais ou responsável legal, por meio de instrumento público, sem necessidade de homologação judicial.
Emancipação por Casamento	O casamento de menor de 18 anos gera emancipação automática, conferindo plena capacidade civil.
Emancipação por Emprego Público	O exercício de emprego público efetivo pelo menor de idade também gera emancipação automática.
Emancipação por Colação de Grau Acadêmico	A colação de grau em curso de ensino superior antes dos 18 anos concede emancipação plena.
Emancipação por Economia Própria	O menor com 16 anos completos, que tenha estabelecimento civil/comercial ou emprego com renda própria, é emancipado.

Agora vamos estudar o tema da **Pessoa Jurídica**.

1. Conceito de Pessoa Jurídica

No Direito Civil, a **pessoa jurídica** é uma entidade reconhecida pelo ordenamento jurídico como capaz de adquirir direitos e contrair obrigações. **Ela é distinta das pessoas físicas**, sendo criada para atuar em um determinado âmbito, seja público ou privado, com um conjunto próprio de regras e finalidades.

A pessoa jurídica, portanto, não é um ser humano, mas um ente criado pela lei para exercer atividades e ter uma personalidade própria, desvinculada das pessoas que a constituem.

O Código Civil brasileiro define a pessoa jurídica da seguinte forma:

Art. 40 do Código Civil: "As pessoas jurídicas são de direito público, interno ou externo, e de direito privado."

Essas entidades podem ser formadas para fins lucrativos, como as empresas, ou para fins sem fins lucrativos, como as fundações e associações.

Dica: É essencial que você entenda a diferença entre pessoa natural e pessoa jurídica, pois muitas questões de concurso abordam essa distinção, especialmente em relação aos direitos e obrigações.

2. Início da Personalidade Jurídica

A pessoa jurídica **só passa a existir legalmente a partir do momento em que é registrada nos órgãos competentes**. Até o registro, não há personalidade jurídica, e, portanto, a entidade não pode adquirir direitos ou contrair obrigações.



Conforme o **art. 45 do Código Civil**, a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa com a inscrição do seu ato constitutivo no respectivo registro, como a junta comercial para empresas.

Art. 45 do Código Civil: “Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.”

Exemplo: Uma empresa só passa a existir oficialmente como pessoa jurídica após o registro de seu contrato social na junta comercial. Antes disso, ela não pode assinar contratos ou responder judicialmente.

3. Classificação das Pessoas Jurídicas

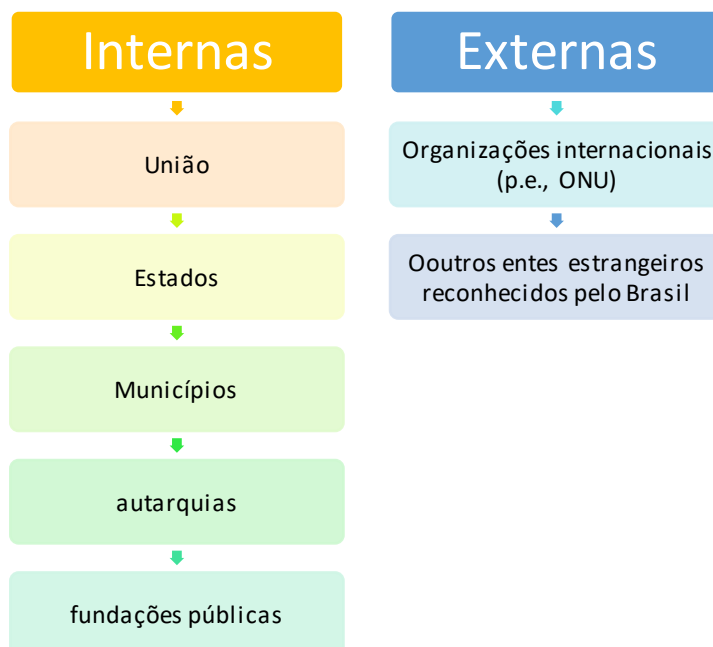
O Código Civil classifica as pessoas jurídicas em duas grandes categorias: **direito público e direito privado**.

Vamos entender as diferenças entre elas:



3.1. Pessoas Jurídicas de Direito Público

As pessoas jurídicas de direito público são aquelas criadas por lei para desempenhar funções estatais ou de interesse coletivo. Elas podem ser **internas ou externas**.



Dispõe o **art. 41 do Código Civil**:

“São pessoas jurídicas de direito público interno:

I - A União;



- II - Os Estados, o Distrito Federal e os Territórios;
- III - Os Municípios;
- IV - As autarquias, inclusive as associações públicas;
- V - As demais entidades de caráter público criadas por lei."

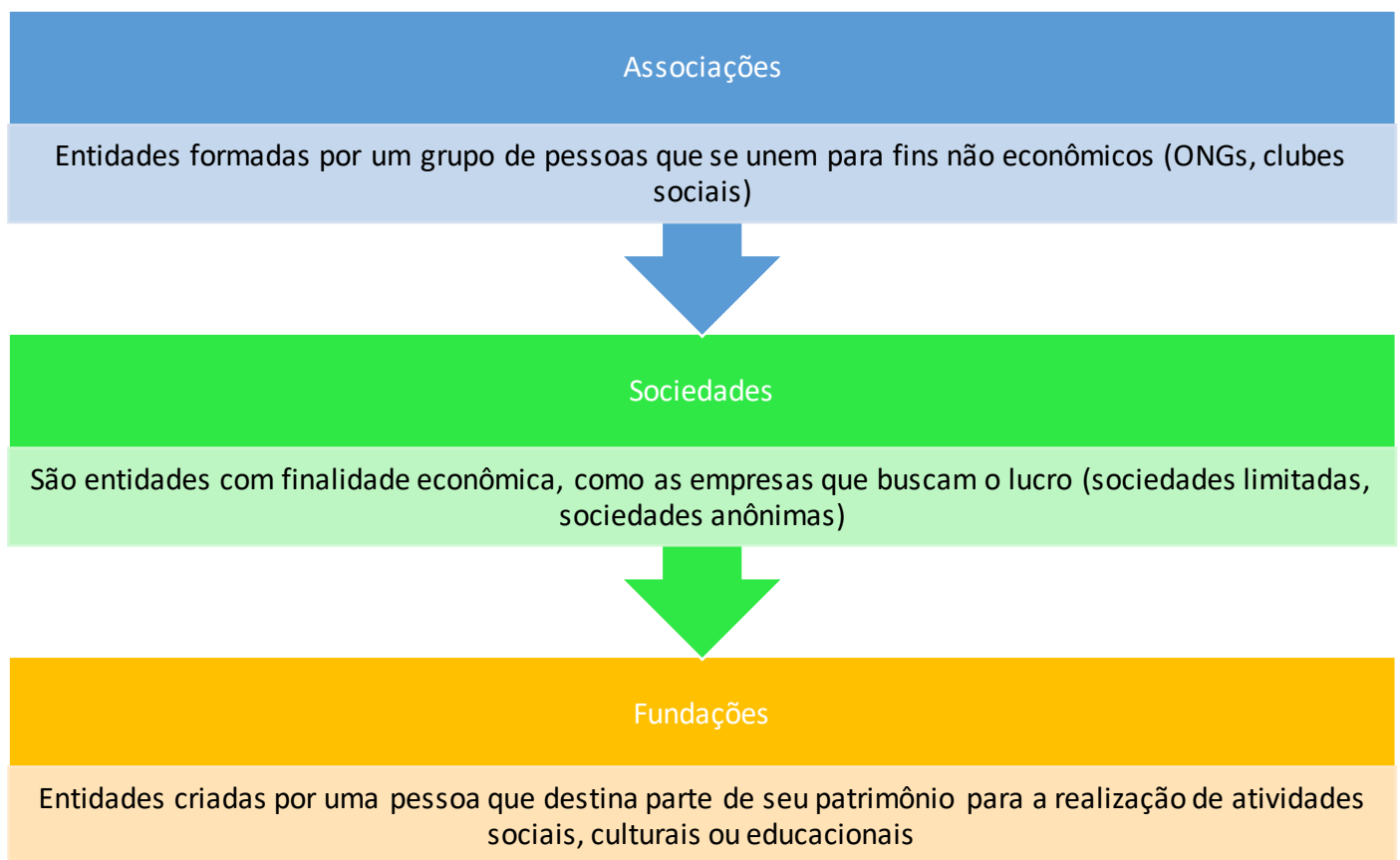
Essas entidades **exercem atividades que visam o bem comum**, e, muitas vezes, suas ações estão protegidas por prerrogativas como a imunidade tributária ou a prescrição diferenciada (prazos mais longos para cobrar dívidas, por exemplo).

Exemplo: Uma autarquia, como o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), é uma pessoa jurídica de direito público interno que tem como função prestar serviços de seguridade social aos cidadãos brasileiros.

3.2. Pessoas Jurídicas de Direito Privado

As pessoas jurídicas de direito privado são aquelas **criadas por iniciativa de particulares, com finalidades diversas, como a obtenção de lucro ou a realização de atividades sociais**. Elas estão sujeitas ao regime do Código Civil e de leis específicas.

São exemplos:



Essa divisão é tratada no **art. 44 do Código Civil**:

- "São pessoas jurídicas de direito privado:
- I - as associações;
 - II - as sociedades;



III - as fundações."

Exemplo: Uma ONG que atua na proteção dos direitos humanos é uma associação sem fins lucrativos, constituída como pessoa jurídica de direito privado. Já uma empresa, como uma sociedade limitada, é uma pessoa jurídica com fins lucrativos.

Observação: Nesta aula não aprofundaremos essa divisão, que será tratada numa aula própria, caso a sua banca tenha cobrado este assunto. Aqui é importante você se recordar que essa divisão existe, ok?

Lembre-se:



4. Características das Pessoas Jurídicas

As pessoas jurídicas possuem características que as distinguem das pessoas naturais. Aqui estão as principais:

Característica	Descrição	Exemplo	Artigo da Lei
Personalidade Jurídica Própria	A pessoa jurídica tem uma personalidade distinta das pessoas naturais que a constituem. Ela pode ser titular de direitos e deveres independentemente dos indivíduos que a integram.	Uma empresa possui um patrimônio próprio, separado dos bens pessoais dos sócios.	Art. 45 do Código Civil: "Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo."



Capacidade para Contrair Obrigações	As pessoas jurídicas podem contrair obrigações, como assinar contratos, possuir bens e contratar funcionários. As obrigações contraídas são de responsabilidade da pessoa jurídica, e não dos sócios ou diretores, exceto em casos de desconsideração da personalidade jurídica.	Uma empresa assina um contrato de compra de mercadorias, e a responsabilidade pelo pagamento é da empresa, não dos sócios.	Art. 46 do Código Civil: "Obrigações contraídas pelas pessoas jurídicas dizem respeito somente a ela, exceto nos casos expressamente previstos em lei, onde poderá ocorrer a desconsideração da personalidade jurídica."
Responsabilidade Patrimonial	A pessoa jurídica responde pelas obrigações com seu patrimônio, distinto do patrimônio dos sócios. Os sócios não respondem com seus bens pessoais, salvo em casos de abuso da personalidade jurídica, como desvio de finalidade ou confusão patrimonial.	Uma empresa com dívidas usa seu patrimônio para quitá-las, mas, se houver fraude, os sócios poderão ser responsabilizados.	Art. 50 do Código Civil: "Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica."
Duração e Continuidade	As pessoas jurídicas podem ter duração indefinida, independentemente da continuidade de seus membros ou administradores. Elas continuam a existir mesmo que ocorra a substituição dos sócios, desde que o ato constitutivo assim preveja.	Uma empresa permanece em funcionamento mesmo após a saída ou falecimento de um dos sócios.	Art. 45 do Código Civil: "A duração da pessoa jurídica de direito privado é prevista em seu ato constitutivo, sendo possível prever a continuidade independentemente da substituição dos membros."
Domicílio Jurídico	O domicílio da pessoa jurídica é o local onde ela exerce suas atividades principais ou onde está localizada sua administração, conforme especificado em seu ato constitutivo.	Uma empresa com sede em São Paulo terá o foro competente para questões judiciais nessa localidade.	Art. 75 do Código Civil: "Quanto às pessoas jurídicas, o domicílio é: I - da União, o Distrito Federal; II - dos Estados e Territórios, as respectivas capitais; III - do Município, o lugar onde funcione a administração municipal; IV - das demais pessoas jurídicas, o lugar onde funcionarem as respectivas diretorias e administrações, ou onde elegerem domicílio



			especial no seu estatuto ou atos constitutivos."
Direitos da Personalidade	As pessoas jurídicas possuem certos direitos da personalidade, como a proteção à honra, ao nome e à imagem, embora de forma limitada e vinculada à sua atuação no mercado ou sociedade.	Uma empresa que sofre difamação em uma publicação pode processar o autor por danos morais e à reputação.	Art. 52 do Código Civil: "Aplica-se às pessoas jurídicas, no que couber, a proteção dos direitos da personalidade."

5. Desconsideração da Personalidade Jurídica

Vamos tratar brevemente sobre esse ponto, para que você saiba a existência desse mecanismo que se aplica à pessoa jurídica. Se a sua banca cobrou esse tema no edital, teremos uma aula aprofundada sobre esse assunto, não se preocupe!

A desconsideração da personalidade jurídica é um mecanismo legal que permite que, em casos excepcionais, as obrigações da pessoa jurídica sejam estendidas ao patrimônio pessoal dos seus sócios ou administradores.

Isso ocorre, por exemplo, em casos de fraude, abuso de direito ou confusão patrimonial, onde a pessoa jurídica é usada de forma indevida para ocultar práticas ilegais ou prejudicar terceiros.

Art. 5º: "Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica."

Exemplo: Se os sócios de uma empresa utilizam o patrimônio da empresa para pagar despesas pessoais ou transferem bens da empresa para si, o juiz pode determinar a desconsideração da personalidade jurídica, e os sócios passam a responder com seus bens pessoais pelas dívidas da empresa.

6. Direitos da Personalidade e Proteção da Pessoa Jurídica

As pessoas jurídicas, assim como as pessoas naturais, **também têm direitos da personalidade**, naquilo que for aplicável. O **art. 52 do Código Civil** assegura a proteção de direitos como o nome, a imagem e a honra das pessoas jurídicas.

Art. 52: "Aplica-se às pessoas jurídicas, no que couber, a proteção dos direitos da personalidade."



Exemplo: Se uma empresa tem sua reputação prejudicada por falsas acusações em uma notícia, ela pode ingressar com uma ação judicial por danos morais, exigindo uma reparação pelos prejuízos causados à sua imagem e reputação.

7. Extinção da Pessoa Jurídica

Assim como a pessoa natural, a pessoa jurídica também tem um fim, que ocorre com a sua extinção, seja por deliberação dos seus membros, seja por determinação legal ou judicial.

A extinção da pessoa jurídica ocorre quando ela cumpre o seu objetivo ou quando se torna inviável continuar existindo. Para as pessoas jurídicas de direito privado, a extinção passa pelo processo de liquidação, onde os bens e direitos são divididos entre os sócios ou destinados conforme o estatuto.

8. Domicílio da Pessoa Jurídica

Assim como a pessoa natural, a pessoa jurídica tem um domicílio, que é o local onde ela exerce suas atividades principais ou onde está sediada sua administração. Isso é importante para determinar, por exemplo, onde ela pode ser processada judicialmente.

Teremos uma aula própria para tratar sobre domicílio das pessoas naturais e das pessoas jurídicas e lá aprofundaremos os detalhes sobre esse assunto.

Art. 75 do Código Civil: *“Quanto às pessoas jurídicas, o domicílio é:*

I - da União, o Distrito Federal;

II - dos Estados e Territórios, as respectivas capitais;

Teremos uma aula própria para tratar sobre domicílio das pessoas naturais e das pessoas jurídicas e lá aprofundaremos os detalhes sobre esse assunto.

Vamos revisar os principais pontos abordados sobre Pessoas Jurídicas:



Conceito	Descrição	Exemplo Prático
Pessoa Jurídica	Entidade reconhecida pelo ordenamento jurídico, com personalidade própria, distinta das pessoas naturais que a constituem, podendo adquirir direitos e contrair obrigações.	Uma empresa, uma ONG ou uma fundação.
Personalidade Jurídica	A pessoa jurídica tem existência própria e distinta de seus membros, com patrimônio e responsabilidades próprios.	Uma empresa pode ser proprietária de bens e assinar contratos, separadamente de seus sócios.



Capacidade Jurídica	Capacidade da pessoa jurídica de exercer direitos e contrair obrigações.	Uma fundação pode contratar funcionários e celebrar acordos jurídicos em seu nome.
Desconsideração da Personalidade Jurídica	Procedimento que permite que os bens pessoais dos sócios ou administradores sejam atingidos para responder por dívidas da pessoa jurídica, em casos de abuso ou fraude.	Em caso de fraude patrimonial, o patrimônio pessoal dos sócios pode ser usado para quitar dívidas de uma empresa.
Duração da Pessoa Jurídica	As pessoas jurídicas podem ter duração indefinida, dependendo de seu ato constitutivo, continuando a existir mesmo após a saída ou falecimento de sócios.	Uma empresa pode continuar a existir por tempo indefinido, conforme previsto em seu estatuto ou contrato social.
Responsabilidade Patrimonial	A pessoa jurídica responde pelas suas obrigações com seu patrimônio próprio, distinto do patrimônio dos sócios.	Uma empresa responde por suas dívidas com seus bens, sem afetar diretamente os bens pessoais dos seus sócios.
Domicílio da Pessoa Jurídica	Local onde a pessoa jurídica exerce suas atividades principais ou onde está localizada sua administração.	O domicílio de uma empresa é onde sua sede administrativa está situada, e isso determina o foro competente para ações judiciais.
Associações	Pessoas jurídicas de direito privado que se constituem para fins não econômicos, como atividades culturais, sociais ou educacionais.	ONGs e clubes esportivos.
Sociedades	Pessoas jurídicas de direito privado constituídas para fins econômicos, buscando lucro, como sociedades limitadas ou sociedades anônimas.	Empresas com fins lucrativos, como uma loja ou fábrica.
Fundações	Pessoas jurídicas constituídas por meio de patrimônio destinado para a realização de um objetivo social, cultural, religioso ou educacional.	Fundação que promove a educação ou preservação do meio ambiente, criada por um doador.
Direitos da Personalidade	Aplicação limitada de certos direitos da personalidade às pessoas jurídicas, como o direito ao nome, à honra e à imagem.	Uma empresa pode processar por danos morais se sua imagem for prejudicada por uma notícia difamatória.
Extinção da Pessoa Jurídica	A pessoa jurídica pode ser extinta por deliberação dos membros ou por decisão judicial, após o cumprimento de suas finalidades ou em casos de inviabilidade de continuidade.	Uma empresa que encerra suas atividades após falência ou por decisão dos sócios.

Agora vamos treinar!



APOSTA ESTRATÉGICA

O objetivo desse nosso tópico é apontar para você o assunto que, de acordo com a análise das questões da banca, tem mais chance de ser cobrado na sua prova, para que dentre tantos temas abordados em um mesmo relatório, você possa direcionar melhor os seus estudos. Ou seja, estamos na Parte Geral do Código Civil, no estudo sobre as Pessoas Naturais, que compreende **os artigos 1º ao 39**, já sabemos que os subtemas "Personalidade" e "Capacidade" possuem maior incidência. Ainda, assim, apostamos que você possa dar uma atenção especial ao artigo 4º do Código Civil, que como visto, foi alterado com a entrada em vigor do CPC/2015.

Por isso, vamos retomar a regra acerca da incapacidade relativa, com destaque para os trechos revogados, pois eles costumam ser utilizados em "pegadinhas" na sua prova, como se a afirmação fosse correta:

Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer: (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

I - os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos;

~~II - os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido;~~

~~III - os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo;~~

II - os ébrios habituais e os viciados em tóxico; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

III - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

IV - os pródigos.

~~Parágrafo único. A capacidade dos índios será regulada por legislação especial.~~

Parágrafo único. A capacidade dos indígenas será regulada por legislação especial.



São absolutamente incapazes



São relativamente incapazes





QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1.(Instituto AOCP/2024/Câmara Municipal de Nova Iguaçu/Analista) De acordo com o Código Civil, são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

- A) os que, por enfermidade psicomotora, como paralisia infantil, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.
- B) aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- C) aqueles que ainda não completaram 18 (dezoito) anos de idade.
- D) os que, por distúrbio mental grave, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.
- E) aqueles que ainda não completaram 16 (dezesesseis) anos de idade.

Comentários

A alternativa E está correta, posto que se mostra em consonância com o art. 3 do Código Civil:

Art. 3º São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesesseis) anos. *(Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015)*
(Vigência)

Gabarito: Letra E.

2.(Instituto AOCP/2023/MPE RR/Promotor Substituto) A existência da pessoa natural termina com sua morte, real ou presumida, com a consequente extinção de sua personalidade civil, e abertura de sua sucessão hereditária. Por conseguinte, é correto afirmar que

- A) a morte encefálica da pessoa natural, cumpridos os pressupostos médico-legais para a sua constatação, tipifica a sua morte presumida.
- B) a declaração judicial de ausência, com a abertura da sucessão definitiva, tipifica a morte real da pessoa natural.
- C) a justificação judicial em caso de morte em catástrofe é necessária para a lavratura do respectivo assento de óbito, provadas a sua presença no local e a não localização do cadáver para exame.
- D) a declaração de morte presumida de pessoa natural desaparecida em naufrágio necessita de justificação judicial, independente do encontro do cadáver, provada a sua presença no local.

Comentários



Letra A - **Errada**. Ao contrário do afirmado, a morte encefálica da pessoa natural, cumpridos os pressupostos médico-legais para a sua constatação, tipifica a sua morte real, não a morte presumida.

Letra B - **Errada**. Nesse caso, diferentemente da assertiva anterior, se trata de morte presumida. Veja o que diz o art. 6º do CC:

Art. 6º. A existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão definitiva.

Letra C - **Certa**. É o que se extrai da análise do art. 7º, I, parágrafo único, do Código Civil:

Art. 7º. Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência:

I - se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida;

Parágrafo único. A declaração da morte presumida, nesses casos, somente poderá ser requerida depois de esgotadas as buscas e averiguações, devendo a sentença fixar a data provável do falecimento.

Letra D - **Errada**. Em oposto ao alegado, o encontro do cadáver acarreta morte real, não morte presumida. Em não se encontrando o cadáver, enquadra-se a situação ao disposto no art. 7º acima expresso.

Gabarito: Letra C.

3.(Instituto AOCP/2022/TRT 19ª Região/Analista Judiciário/Área Judiciária) Referente aos relativamente incapazes, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A interdição do pródigo interfere em atos de disposição e oneração de seu patrimônio.
- B) É anulável o ato jurídico exercido pela pessoa de condição psíquica normal, mas que se encontrava completamente embriagada no momento em que o praticou, uma vez que não se encontrava em condições de manifestar sua vontade.
- C) O maior de 16 anos e menor de 18 anos não pode utilizar de sua incapacidade para eximir-se de uma obrigação se, no ato de obrigar-se, declarou-se maior.
- D) Não abrangem as pessoas portadoras de doença ou deficiência mental permanente, uma vez que estas são consideradas absolutamente incapazes.
- E) Os ébrios habituais e os toxicômanos são relativamente incapazes.

Comentários

Letra A – **Certa**. Por força do disposto no art. 1.782 do CC:

Art. 1.782. A interdição do pródigo só o privará de, sem curador, emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado, e praticar, em geral, os atos que não sejam de mera administração.

Letra B – **Certa**. De acordo com a doutrina majoritária, conforme se demonstra a seguir:

É anulável, assim, o ato jurídico exercido pela pessoa de condição psíquica normal, mas que se encontrava completamente embriagada no momento em que o



praticou e que, em virtude dessa situação transitória, não se encontrava em perfeitas condições de exprimir a sua vontade.

(GONÇALVES, Carlos Roberto, Direito civil brasileiro, volume 1: parte geral / Carlos Roberto Gonçalves. – 15. ed. – São Paulo: Saraiva, 2017)

Letra C – **Certa**. Em harmonia com o que prescreve o art. 180 do Código Civil:

Art. 180. O menor, entre dezesseis e dezoito anos, não pode, para eximir-se de uma obrigação, invocar a sua idade se dolosamente a ocultou quando inquirido pela outra parte, ou se, no ato de obrigar-se, declarou-se maior.

Letra D – **Errada**. A Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) alterou o artigo 3º do Código Civil. Com isso, as pessoas portadoras de doença ou deficiência mental permanente não são mais consideradas absolutamente incapazes.

Atualmente, são absolutamente incapazes apenas os menores de 16 anos.

Letra E – **Certa**. Conforme aduz o art. 4, II, do CC:

Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer:
(Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

II - os ébrios habituais e os viciados em tóxico; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência)

Gabarito: Letra D.

4.(Instituto AOCP/2021/Câmara de Teresina PI/Assessor Jurídico Legislativo) Sobre os direitos da personalidade, assinale a alternativa correta.

- A) É inválida, mesmo que com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.
- B) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- C) Em se tratando de morto, terá legitimação para requerer que se cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o terceiro grau.
- D) O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, exceto quando não houver intenção difamatória.
- E) Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.

Comentários

Letra A - **Errada**. Validade prevista no art. 14 do Código Civil:

Art. 14. É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.

Parágrafo único. O ato de disposição pode ser livremente revogado a qualquer tempo.



Letra B - **Errada**. Em desarmonia com o que determina o art. 11 do CC:

Art. 11. Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

Letra C - **Errada**. Alegitimação se dá para qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau, conforme art. 12, parágrafo único, do Código Civil:

Art. 12. Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.

Parágrafo único. Em se tratando de morto, terá legitimação para requerer a medida prevista neste artigo o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau.

Letra D - **Errada**. Inexiste a exceção citada. Veja:

Art. 17. O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.

Letra E - **Certa**. Literalidade do art. 15 do CC:

Art. 15. Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.

Gabarito: Letra E.

5.(Instituto AOCP/2021/Câmara de Teresina PI/Assessor Jurídico Legislativo) Maria tem 17 anos e, em consulta jurídica com um advogado, questiona sobre a possibilidade de ser cessada sua incapacidade. Considerando o questionamento de Maria, é correto afirmar que sua incapacidade

- A) pode ser cessada pelo casamento.
- B) pode ser cessada pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, dependendo de homologação judicial, pois ela tem mais de dezesseis anos completos.
- C) pode ser cessada pelo exercício de emprego público, efetivo ou temporário.
- D) pode ser cessada pela colação de grau em curso de ensino médio.
- E) não pode ser cessada, pois ela é menor.

Comentários

Letra A - **Certa**. É a alternativa que se adequa perfeitamente aos ditames do Código Civil, que regulamenta o tema da seguinte forma:

Art. 5º. A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil.

Parágrafo único. Cessará, para os menores, a incapacidade:



- I - pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos;
- II - pelo casamento;
- III - pelo exercício de emprego público efetivo;
- IV - pela colação de grau em curso de ensino superior;
- V - pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com dezesseis anos completos tenha economia própria.

Gabarito: Letra A.

6.(Instituto AOCP/2024/SEAP PR/Agente Profissional/Analista de Procuradoria) De acordo com o disposto no Código Civil vigente (Lei no 10.406/2002), são pessoas jurídicas de direito público interno, EXCETO

- A) a União.
- B) os Estados e o Distrito Federal.
- C) os Municípios.
- D) os partidos políticos.
- E) as autarquias, inclusive as associações públicas.

Comentários

A assertiva D está correta, visto que, dentre as citadas, é a exceção às pessoas jurídicas de direito público interno.

Os partidos políticos são pessoas jurídicas de direito privado, nos termos do art. 44, V, do Código Civil:

Art. 44. São pessoas jurídicas de direito privado:
V - os partidos políticos. *(Incluído pela Lei nº 10.825, de 22.12.2003)*

Observe o que diz o CC sobre as pessoas jurídicas de direito público interno:

Art. 41. São pessoas jurídicas de direito público interno:
I - a União;
II - os Estados, o Distrito Federal e os Territórios;
III - os Municípios;
IV - as autarquias, inclusive as associações públicas; *(Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005)*
V - as demais entidades de caráter público criadas por lei.

Gabarito: Letra D.



7.(Instituto AOCP/2024/Câmara Municipal de Nova Iguaçu/Analista) Com base nas normas sobre pessoas jurídicas previstas no Código Civil, assinale a alternativa correta.

- A) Se a administração da pessoa jurídica vier a faltar, o juiz, a requerimento do Ministério Público, nomear-lhe-á administrador público indicado pela Junta Comercial.
- B) A pessoa jurídica não se confunde com os seus associados, instituidores ou administradores, mas sim com os sócios constituintes.
- C) Decai em dois anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
- D) Obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores, exercidos nos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo.
- E) A alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica constitui desvio de finalidade.

Comentários

Letra A – **Errada**. O requerimento deve vir de um interessado. Veja o que diz o art. 49 do Código Civil:

Art. 49. Se a administração da pessoa jurídica vier a faltar, o juiz, a requerimento de qualquer interessado, nomear-lhe-á administrador provisório.

Letra B - **Errada**. Em desacordo com o que dispõe o art. 49 – A do CC:

Art. 49-A. A pessoa jurídica não se confunde com os seus sócios, associados, instituidores ou administradores. *(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)*

Letra C – **Errada**. O prazo decadencial citado é de 3 anos, conforme parágrafo único, do art. 45, do Código Civil:

Art. 45. Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.

Parágrafo único. Decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.

Letra D – **Certa**. Literalidade do art. 47 do CC:

Art. 47. Obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores, exercidos nos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo.

Letra E – **Errada**. Oposto ao que diz o § 5º, do art. 50, do Código Civil:

Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso. *(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)*



§ 5º Não constitui desvio de finalidade a mera expansão ou a alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica. (Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)

Gabarito: Letra D.

8.(Instituto AOCP/2022/Prefeitura de Novo Hamburgo RS/Procurador) Sobre a disciplina das pessoas jurídicas prevista no Código Civil, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Nos casos de dissolução da pessoa jurídica ou cassada a autorização para seu funcionamento, ela subsistirá para os fins de liquidação, até que esta se conclua.
- B) A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto.
- C) Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.
- D) A pessoa jurídica não se confunde com os seus sócios, associados, instituidores ou administradores.
- E) Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão, se de outro modo não dispuser o estatuto, reincorporados ao patrimônio do instituidor.

Comentários

Letra A - **Certa**. De acordo com o texto do art. 51 do CC:

Art. 51. Nos casos de dissolução da pessoa jurídica ou cassada a autorização para seu funcionamento, ela subsistirá para os fins de liquidação, até que esta se conclua.

Letra B - **Certa**. Conforme norma do art. 57 do Código Civil:

Art. 57. A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto.

Letra C - **Certa**. Em consonância com o disposto no art. 62 do CC:

Art. 62. Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.

Letra D - **Certa**. Ordem do art. 49-A do Código Civil:

Art. 49-A. A pessoa jurídica não se confunde com os seus sócios, associados, instituidores ou administradores.

Letra E - **Errada**. O art. 63 do CC regula o tema da seguinte forma:

Art. 63. Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão, se de outro modo não dispuser o instituidor, incorporados em outra fundação que se proponha a fim igual ou semelhante.



Gabarito: Letra E.

9.(Instituto AOCP/2022/MPE-MS/Promotor de Justiça Substituto) Acerca das fundações privadas, assinale a alternativa correta.

- A) Sendo insuficientes os bens destinados a constituir uma fundação, serão convertidos em títulos da dívida pública até que, aumentados com os rendimentos ou doações, torne-se possível a realização da fundação, salvo previsão em contrário pelo seu instituidor.
- B) As fundações que estenderem suas atividades por mais de um Estado da Federação serão fiscalizadas pelo Ministério Público Federal.
- C) O Ministério Público possui o prazo decadencial de 45 (quarenta e cinco) dias para aprovar reforma de estatuto de fundação, findo o qual ou no caso de o Ministério Público denegá-la, poderá o juiz suprir a aprovação, a requerimento do interessado.
- D) Caso o estatuto da fundação não seja elaborado no prazo designado pelo seu instituidor, os bens dotados serão incorporados em outra fundação que desempenhe atividade semelhante.
- E) A instituição da fundação por escritura pública ou por testamento é revogável.

Comentários

Letra A - **Errada**. Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão, se de outro modo não dispuser o instituidor, incorporados em outra fundação que se proponha a fim igual ou semelhante. Vejamos:

Art. 63. Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão, se de outro modo não dispuser o instituidor, incorporados em outra fundação que se proponha a fim igual ou semelhante.

Letra B - **Errada**. As fundações que estenderem suas atividades por mais de um Estado da Federação serão fiscalizadas pelo Ministério Público estadual, por força do § 2º, do art. 66, do CC:

Art. 66. Velará pelas fundações o Ministério Público do Estado onde situadas.
§ 2º Se estenderem a atividade por mais de um Estado, caberá o encargo, em cada um deles, ao respectivo Ministério Público.

Letra C - **Certa**. Em conformidade com o regulamento do art. 67, III, do Código Civil:

Art. 67. Para que se possa alterar o estatuto da fundação é mister que a reforma:
III – seja aprovada pelo órgão do Ministério Público no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, findo o qual ou no caso de o Ministério Público a denegar, poderá o juiz supri-la, a requerimento do interessado.

Letra D - **Errada**. Ao caso, aplica-se o trâmite do art. 65, parágrafo único, do CC:

Art. 65. Aqueles a quem o instituidor cometer a aplicação do patrimônio, em tendo ciência do encargo, formularão logo, de acordo com as suas bases (art. 62), o estatuto da fundação projetada, submetendo-o, em seguida, à aprovação da autoridade competente, com recurso ao juiz.



Parágrafo único. Se o estatuto não for elaborado no prazo assinado pelo instituidor, ou, não havendo prazo, em cento e oitenta dias, a incumbência caberá ao Ministério Público.

Letra E - **Errada**. A fundação instituída por testamento pode ser revogada a qualquer tempo pelo testador. Já a fundação instituída por escritura pública é irrevogável.

Gabarito: Letra C.

10.(Instituto AOCP/2021/FUNPRESP JUD/Advogado) A respeito das pessoas jurídicas, dos bens e do negócio jurídico, conforme legislação civil em vigor, julgue o seguinte item.

Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo, decaindo em dois anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.

Comentários

A assertiva está errada, visto que o prazo decadencial citado é de 3 anos, conforme se observe no parágrafo único, do art. 45, do Código Civil:

Art. 45. Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo.

Parágrafo único. Decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.

Gabarito: Errado.

QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

Perguntas: Pessoa Natural e Pessoa Jurídica

1. Explique a diferença entre capacidade de fato e capacidade de direito, conforme o Código Civil.

2. Quais são as formas de emancipação previstas no Código Civil?

3. Como o Código Civil protege o nome de uma pessoa natural?



4. O nascituro tem direitos garantidos antes do nascimento?

5. O que é incapacidade absoluta e relativa, e quais são os exemplos de pessoas que se enquadram em cada categoria conforme o Código Civil?

6. Como se dá a constituição de uma pessoa jurídica de direito privado, e qual é o momento em que ela adquire existência legal?

7. Quais são as diferenças entre as pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, conforme o Código Civil?

8. O que é a desconsideração da personalidade jurídica e em quais casos ela pode ser aplicada?

9. Quais são os direitos da personalidade aplicáveis às pessoas jurídicas e como eles são protegidos?

10. Como é determinado o domicílio das pessoas jurídicas, e por que ele é importante para fins jurídicos?

Perguntas com respostas: Pessoa Natural e Pessoa Jurídica

1. Explique a diferença entre capacidade de fato e capacidade de direito, conforme o Código Civil.

Resposta: A capacidade de direito é a aptidão que toda pessoa natural tem para adquirir direitos e contrair deveres na ordem civil, independentemente de idade ou condições mentais. Já a capacidade de fato é a aptidão para exercer pessoalmente esses direitos e deveres. Nem todas as pessoas têm capacidade de fato plena, como no caso dos menores de idade e das pessoas com deficiência mental.

Art. 1º: "Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil."

2. Quais são as formas de emancipação previstas no Código Civil?

Resposta: O Código Civil prevê as seguintes formas de emancipação: 1) Emancipação voluntária, concedida pelos pais ou responsáveis mediante instrumento público; 2) Emancipação por casamento; 3) Emancipação pelo exercício de emprego público efetivo; 4) Emancipação por colação de grau em curso de ensino superior; 5) Emancipação por economia própria.

Art. 5º: "Cessará, para os menores, a incapacidade pela concessão dos pais ou responsáveis, pelo casamento, pelo exercício de emprego público efetivo, pela colação de grau em curso superior, ou pela existência de economia própria."



3. Como o Código Civil protege o nome de uma pessoa natural?

Resposta: O nome da pessoa natural é protegido como um direito da personalidade. Nenhuma pessoa pode utilizar o nome de outra para fins comerciais ou representações que a exponham ao desprezo público. Em caso de violação, a pessoa pode exigir a cessação do uso indevido e a reparação por danos morais.

Art. 16: "Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome."

Art. 17: "O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória."

4. O nascituro tem direitos garantidos antes do nascimento?

Resposta: Sim, o nascituro tem direitos garantidos desde a concepção, conforme o Código Civil. Entre os direitos assegurados ao nascituro estão o direito à herança, à filiação e à proteção da saúde. Esses direitos são protegidos pela lei mesmo antes do nascimento, desde que haja expectativa de nascimento com vida.

5. O que é incapacidade absoluta e relativa, e quais são os exemplos de pessoas que se enquadram em cada categoria conforme o Código Civil?

Resposta: A incapacidade absoluta refere-se à impossibilidade de certas pessoas praticarem atos da vida civil por si mesmas, sendo necessário que sejam representadas por um responsável legal. São absolutamente incapazes os menores de 16 anos. Já a incapacidade relativa abrange pessoas que, apesar de não terem plena capacidade, podem praticar certos atos com assistência. Os relativamente incapazes incluem os maiores de 16 e menores de 18 anos, os ébrios habituais, os viciados em tóxicos e os pródigos.

Art. 3º: "São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 anos."

Art. 4º: "São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer: I - os maiores de 16 e menores de 18 anos; II - os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os pródigos."

6. Como se dá a constituição de uma pessoa jurídica de direito privado, e qual é o momento em que ela adquire existência legal?

Resposta: A constituição de uma pessoa jurídica de direito privado ocorre com a elaboração de um ato constitutivo, que pode ser um contrato social, estatuto ou outro documento exigido por lei, conforme o tipo de pessoa jurídica. A existência legal da pessoa jurídica começa com a inscrição desse ato constitutivo no respectivo registro público, como na Junta Comercial, no caso de sociedades empresariais.



Art. 45: "Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo."

7. Quais são as diferenças entre as pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, conforme o Código Civil?

Resposta: As pessoas jurídicas de direito público são criadas por lei para desempenhar funções estatais ou de interesse público, como a União, os Estados, os Municípios e as autarquias. Elas seguem um regime jurídico de direito público, com prerrogativas especiais. As pessoas jurídicas de direito privado, como associações, sociedades e fundações, são criadas por particulares e se sujeitam ao regime do direito civil comum, tendo como finalidade o lucro ou a realização de atividades sociais.

Art. 40: "As pessoas jurídicas são de direito público, interno ou externo, e de direito privado."

Art. 41: "São pessoas jurídicas de direito público interno: I - a União; II - os Estados, o Distrito Federal e os Territórios; III - os Municípios; IV - as autarquias; V - as demais entidades de caráter público criadas por lei."

8. O que é a desconsideração da personalidade jurídica e em quais casos ela pode ser aplicada?

Resposta: A desconsideração da personalidade jurídica é uma medida excepcional que permite que os bens particulares dos sócios ou administradores sejam atingidos para satisfazer as obrigações da pessoa jurídica, em casos de abuso da personalidade jurídica. Isso ocorre quando há desvio de finalidade ou confusão patrimonial. Essa medida visa evitar fraudes e proteger os credores da pessoa jurídica.

Art. 50: "Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica."

9. Quais são os direitos da personalidade aplicáveis às pessoas jurídicas e como eles são protegidos?

Resposta: As pessoas jurídicas têm direitos da personalidade aplicáveis em relação ao nome, à honra e à imagem, embora de forma mais limitada em comparação com as pessoas naturais. Esses direitos estão protegidos pela lei, e a pessoa jurídica pode buscar reparação judicial em caso de violação, como quando sua imagem é utilizada sem autorização ou quando sua honra é difamada.

Art. 52: "Aplica-se às pessoas jurídicas, no que couber, a proteção dos direitos da personalidade."

10. Como é determinado o domicílio das pessoas jurídicas, e por que ele é importante para fins jurídicos?



Resposta: O domicílio das pessoas jurídicas de direito público é o Distrito Federal para a União e as respectivas capitais para os Estados e Territórios. Para as pessoas jurídicas de direito privado, o domicílio é o lugar onde funcionam suas diretorias ou administrações, ou aquele eleito em seu ato constitutivo. O domicílio é importante para fins de determinação da competência judicial, ou seja, para definir o local onde a pessoa jurídica pode ser processada.

Art. 75: "Quanto às pessoas jurídicas, o domicílio é: I - da União, o Distrito Federal; II - dos Estados e Territórios, as respectivas capitais; III - do Município, o lugar onde funcione a administração municipal; IV - das demais pessoas jurídicas, o lugar onde funcionarem as respectivas diretorias e administrações, ou onde elegerem domicílio especial no seu estatuto ou atos constitutivos."

LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1.(Instituto AOCP/2024/Câmara Municipal de Nova Iguaçu/Analista) De acordo com o Código Civil, são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

- A) os que, por enfermidade psicomotora, como paralisia infantil, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.
- B) aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- C) aqueles que ainda não completaram 18 (dezoito) anos de idade.
- D) os que, por distúrbio mental grave, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.
- E) aqueles que ainda não completaram 16 (dezesesseis) anos de idade.

2.(Instituto AOCP/2023/MPE RR/Promotor Substituto) A existência da pessoa natural termina com sua morte, real ou presumida, com a consequente extinção de sua personalidade civil, e abertura de sua sucessão hereditária. Por conseguinte, é correto afirmar que

- A) a morte encefálica da pessoa natural, cumpridos os pressupostos médico-legais para a sua constatação, tipifica a sua morte presumida.
- B) a declaração judicial de ausência, com a abertura da sucessão definitiva, tipifica a morte real da pessoa natural.
- C) a justificação judicial em caso de morte em catástrofe é necessária para a lavratura do respectivo assento de óbito, provadas a sua presença no local e a não localização do cadáver para exame.
- D) a declaração de morte presumida de pessoa natural desaparecida em naufrágio necessita de justificação judicial, independente do encontro do cadáver, provada a sua presença no local.

3.(Instituto AOCP/2022/TRT 19ª Região/Analista Judiciário/Área Judiciária) Referente aos relativamente incapazes, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A interdição do pródigo interfere em atos de disposição e oneração de seu patrimônio.



- B) É anulável o ato jurídico exercido pela pessoa de condição psíquica normal, mas que se encontrava completamente embriagada no momento em que o praticou, uma vez que não se encontrava em condições de manifestar sua vontade.
- C) O maior de 16 anos e menor de 18 anos não pode utilizar de sua incapacidade para eximir-se de uma obrigação se, no ato de obrigar-se, declarou-se maior.
- D) Não abrangem as pessoas portadoras de doença ou deficiência mental permanente, uma vez que estas são consideradas absolutamente incapazes.
- E) Os ébrios habituais e os toxicômanos são relativamente incapazes.

4.(Instituto AOCP/2021/Câmara de Teresina PI/Assessor Jurídico Legislativo) Sobre os direitos da personalidade, assinale a alternativa correta.

- A) É inválida, mesmo que com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.
- B) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- C) Em se tratando de morto, terá legitimação para requerer que se cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o terceiro grau.
- D) O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, exceto quando não houver intenção difamatória.
- E) Ninguém pode ser constrangido a submeter-se, com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.

5.(Instituto AOCP/2021/Câmara de Teresina PI/Assessor Jurídico Legislativo) Maria tem 17 anos e, em consulta jurídica com um advogado, questiona sobre a possibilidade de ser cessada sua incapacidade. Considerando o questionamento de Maria, é correto afirmar que sua incapacidade

- A) pode ser cessada pelo casamento.
- B) pode ser cessada pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento público, dependendo de homologação judicial, pois ela tem mais de dezesseis anos completos.
- C) pode ser cessada pelo exercício de emprego público, efetivo ou temporário.
- D) pode ser cessada pela colação de grau em curso de ensino médio.
- E) não pode ser cessada, pois ela é menor.

6.(Instituto AOCP/2024/SEAP PR/Agente Profissional/Analista de Procuradoria) De acordo com o disposto no Código Civil vigente (Lei no 10.406/2002), são pessoas jurídicas de direito público interno, EXCETO

- A) a União.
- B) os Estados e o Distrito Federal.



- C) os Municípios.
- D) os partidos políticos.
- E) as autarquias, inclusive as associações públicas.

7.(Instituto AOCP/2024/Câmara Municipal de Nova Iguaçu/Analista) Com base nas normas sobre pessoas jurídicas previstas no Código Civil, assinale a alternativa correta.

- A) Se a administração da pessoa jurídica vier a faltar, o juiz, a requerimento do Ministério Público, nomear-lhe-á administrador público indicado pela Junta Comercial.
- B) A pessoa jurídica não se confunde com os seus associados, instituidores ou administradores, mas sim com os sócios constituintes.
- C) Decai em dois anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
- D) Obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores, exercidos nos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo.
- E) A alteração da finalidade original da atividade econômica específica da pessoa jurídica constitui desvio de finalidade.

8.(Instituto AOCP/2022/Prefeitura de Novo Hamburgo RS/Procurador) Sobre a disciplina das pessoas jurídicas prevista no Código Civil, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Nos casos de dissolução da pessoa jurídica ou cassada a autorização para seu funcionamento, ela subsistirá para os fins de liquidação, até que esta se conclua.
- B) A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto.
- C) Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.
- D) A pessoa jurídica não se confunde com os seus sócios, associados, instituidores ou administradores.
- E) Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão, se de outro modo não dispuser o estatuto, reincorporados ao patrimônio do instituidor.

9.(Instituto AOCP/2022/MPE-MS/Promotor de Justiça Substituto) Acerca das fundações privadas, assinale a alternativa correta.

- A) Sendo insuficientes os bens destinados a constituir uma fundação, serão convertidos em títulos da dívida pública até que, aumentados com os rendimentos ou doações, torne-se possível a realização da fundação, salvo previsão em contrário pelo seu instituidor.
- B) As fundações que estenderem suas atividades por mais de um Estado da Federação serão fiscalizadas pelo Ministério Público Federal.



- C) O Ministério Público possui o prazo decadencial de 45 (quarenta e cinco) dias para aprovar reforma de estatuto de fundação, findo o qual ou no caso de o Ministério Público denegá-la, poderá o juiz suprir a aprovação, a requerimento do interessado.
- D) Caso o estatuto da fundação não seja elaborado no prazo designado pelo seu instituidor, os bens dotados serão incorporados em outra fundação que desempenhe atividade semelhante.
- E) A instituição da fundação por escritura pública ou por testamento é revogável.

10.(Instituto AOCP/2021/FUNPRES P JUD/Advogado) A respeito das pessoas jurídicas, dos bens e do negócio jurídico, conforme legislação civil em vigor, julgue o seguinte item.

Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo, decaindo em dois anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.

Gabarito



1. E
2. C
3. D
4. E
5. A
6. D
7. D
8. E
9. C
10. Errado

Bibliografia

AZEVEDO, Álvaro Villaça. Teoria geral do direito civil: parte geral. São Paulo: Atlas, 2012.

BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm?ref=blog.suitebras.com. Acesso em 07/07/2024.

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito civil: parte geral. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.



DINIZ, Maria Helena. Código Civil anotado. 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

GOMES, Orlando. Introdução ao direito civil. 20ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: parte geral. 11ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. E-book.

MIRANDA, Pontes de. Tratado de direito privado: parte geral. Tomo I. 3ª ed. Rio de Janeiro: Borsoi, 1971. E-book.

SZANIAWSKI, Elimar. *Direitos de Personalidade e sua Tutela*. S. Paulo. RT. 2005.

TARTUCE, Flávio. Direito civil: lei de introdução e parte geral. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2014. E-book.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: parte geral. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.